



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA TURMA

Processo n.º : 10280.013060/99-14
Recurso n.º : 303-126639
Matéria : FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO
Recorrente : FAZENDA NACIONAL
Recorrida : 3ª CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Interessada : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA
Sessão de : 22 de agosto de 2006
Acórdão n.º : CSRF/03-04.988

FINSOCIAL – MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS – INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO – PRAZO DECADENCIAL - É de 5 anos o prazo deferido ao contribuinte para pleitear a restituição das parcelas de tributos pagas a maior em virtude de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF em ação direta, ou com a suspensão, pelo Senado Federal, da lei declarada inconstitucional, na via indireta, através do pedido de restituição/compensação perante a autoridade administrativa. Por esta razão, o termo *a quo* tem início na data da publicação da MP n.º 1.110, em 31/10/95 – p. 013397, eis que foi o primeiro ato emanado do Poder Executivo a reconhecer o caráter indevido do recolhimento do FINSOCIAL à alíquota superior a 0,5%. PRECEDENTES: AC. CSRF/03-04.227, 301-31.406, 301-31404 e 301-31.321.

Recurso especial negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela FAZENDA NACIONAL,

ACORDAM os Membros da Terceira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidas as Conselheiras Judith do Amaral Marcondes Armando e Anelise Daudt Prieto que deram provimento ao recurso.



MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE



CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO
RELATOR

FORMALIZADO EM: 29 AGO 2007

Participaram ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: OTACÍLIO DANTAS CARTAXO, LUÍS ANTONIO FLORA, ANELISE DAUDT PRIETO, NILTON LUIZ BARTOLI e MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR.

Processo n.º : 10280.013060/99-14
Acórdão n.º : CSRF/03-04.988

Recurso n.º : 303-126639
Recorrente : FAZENDA NACIONAL
Interessada : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA

RELATÓRIO

Trata-se o presente caso de pedido de Restituição/Compensação de crédito originário de pagamentos referentes à Contribuição para Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL, protocolizado pelo contribuinte em 03/12/1999, no tocante ao período de apuração de julho/1989 a março/1992, correspondentes aos valores calculados às alíquotas superiores a 0,5% (meio por cento), cujas majorações foram posteriormente declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Irresignado com a decisão contida no Despacho Decisório exarado pela Delegacia da Receita Federal em Belém, fls. 371/373, sob o argumento de haver ocorrido o fenômeno da decadência quanto ao direito à restituição, com fundamento no artigo e 168-I do CTN, o contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade de fls. 381 alegando, em síntese, os seguintes fundamentos:

1. que a Informação se baseou "na legislação/entendimentos vigentes à época em que foi proferida e que, por justiça, beneficiou outras tantas empresas;
2. que não se conforma com a Informação SESIT/DRF/BEL N.º 454/2001 e requer seja revista a Informação SESAR/DRF/BELÉM N.º 38/00;

Remetidos à DRJ de Belém, foi prolatado o acórdão indeferindo a solicitação formulada pelo Manifestante, sob os mesmos fundamentos legais, consoante os argumentos contidos na ementa adiante transcrita:

"Assunto: Normas de Administração Tributária

Período de apuração: 01/11/1989 a 31/03/1992

Ementa: MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE DO SUJEITO PASSIVO CONTRA APRECIÇÕES DOS DELEGADOS DA RECEITA Q FEDERAL EM PROCESSOS ADMINISTRADOS PELA SRF.

Indefere-se a solicitação, sem conhecimento do mérito, por inepta, quando a manifestação apresentada não se insurge contra apreciação do Delegado da Receita Federal, mas contesta manifestação intermediária do SESIT, ainda que, apresentada após a decisão da autoridade competente, a contrarie.

Solicitação Indeferida."

Sendo assim, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Belém/PA, julgou inepta a Impugnação do contribuinte, eis que, a manifestação do SESIT/DRF/BEL não tem o condão de modificar a decisão tomada pelo Chefe do SESAR/DRF/BEL (fls. 371/373), o qual se encontra no uso da competência que autorizava decidir em nome do Delegado da Receita Federal



Processo n.º : 10280.013060/99-14
Acórdão n.º : CSRF/03-04.988

Tendo em vista o teor do Acórdão 159/2002, os autos foram encaminhados para nova apreciação. Assim, o Despacho decisório de fls. 421, indeferiu o pleito do contribuinte, determinando, ainda, o cancelamento da Informação n.º 38/00.

Ciente do Despacho Decisório, o contribuinte manifestou sua Inconformidade, aduzindo, em suma o seguinte:

1. que o prazo para o contribuinte4 pleitear a restituição/compensação é de 5 (cinco) anos, contados da extinção do crédito tributário, ou seja, da homologação tácita, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça;
2. que as empresas de energia elétrica não se enquadram como empresas exclusivamente prestadora de serviços, para efeito de recolhimento de FINSOCIAL, pois exercem atividades mistas de venda de mercadorias e serviços;
3. que recentes decisões do Conselho de Contribuintes, alargaram o *dies a quo* do prazo prescricional no caso de recolhimentos ao FINSOCIAL, passando a entendê-lo como sendo 31/08/95, data da publicação da Medida Provisória n.º 1.110, a qual estendeu aos contribuintes o direito à restituição administrativa dos valores indevidamente recolhidos;

Na decisão de 1ª instância administrativa a DRJ de Belém/PA, indeferiu a solicitação formulada pelo Manifestante, sob os mesmos fundamentos legais, consoante os argumentos contidos na ementa adiante transcrita:

“Assunto: Normas de administração Tributária

Período de apuração: 1989,1990,1991,1992

Ementa: CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL – FINSOCIAL. PAGAMENTO A MAIOR OU INDEVIDO. PRAZO PARA PLEITEAR RESTITUIÇÃO.

O prazo para pleitear a restituição de valores pagos a maior ou indevidamente a título de tributos e contribuições, inclusive aqueles submetidos à sistemática do lançamento por homologação, é de cinco anos contados da data do efetivo pagamento.

DECISÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS. EFEITOS.

As decisões administrativas, mesmo as proferidas pó Conselhos de Contribuintes, e as judiciais, não proferida pelo STF sobre a inconstitucionalidade das normas gerais, razão pela qual seus julgados não se aproveitam em relação a qualquer outra ocorrência, senão àquela objeto da decisão.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Ano-Calendário: 1989,1990,1991,1992

Ementa: PEDIDOS DE PERÍCIA E DILIGÊNCIA

Deve ser indeferido o pedido de perícia e/ou diligência, quando for prescindível para o deslinde da questão a ser apreciada ou se o processo contiver os elementos necessários para a formação da livre convicção do julgador.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROVAS.

A prova documental deve ser apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna,

Processo n.º : 10280.013060/99-14
Acórdão n.º : CSRF/03-04.988

por motivo de força maior; refira-se o fato ou o direito superveniente ou destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.
Solicitação Indeferida.”

Devidamente intimado da decisão, o contribuinte apresenta Recurso Voluntário (fls.480/491) onde são ratificados as alegações anteriormente apresentadas na Manifestação de Inconformidade.

Assim sendo, os autos foram encaminhados à Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes para julgamento que, por maioria de votos, concedeu provimento ao Recurso Voluntário reconhecendo a tempestividade do pedido de restituição/compensação formulado pelo contribuinte afastando, portanto, a arguição de decadência do direito do recorrente pleitear a restituição e determinando a devolução dos autos à Repartição de Origem para que se digne apreciar as demais questões de mérito, consoante decisão estampada no Acórdão n.º 303-31.629, cuja Ementa, às fls. 496 é a seguir transcrita, *verbis*:

FINSOCIAL - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO -
POSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTE CONSELHO -
Inconstitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal -
Prescrição do direito de Restituição/Compensação - Inadmissibilidade -
DIES A QUO - Edição de ato normativo que dispensa a constituição de
crédito tributário - Duplo grau de jurisdição.

Do Acórdão supra a Fazenda Nacional, ora recorrente, divergindo da decisão *a quo*, interpôs Recurso Especial (fls. 173/179) com amparo no art. 5º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais, demonstrando que a decisão recorrida, fundamentalmente, contrariou a lei, eis que deixou de observar o disposto nos arts. 165, I e 168, I do CTN. Além disso, na teria observado o que consta no do AD SRF n.º 96/99, que teria caráter vinculante para a administração tributária em face do dispositivo nos artigos 100, I e 103, I, também do CTN.

Tempestivamente, o contribuinte apresentou suas Contra-Razões (fls. 560/568), pleiteando a permanência da decisão de 2ª instância administrativa.

É o relatório.



Processo n.º : 10280.013060/99-14
Acórdão n.º : CSRF/03-04.988

VOTO

Conselheiro CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO, Relator.

O Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional encontra-se tempestivo e está devidamente instruído com o acórdão divergente.

Com efeito, a decisão recorrida, de fls. 496/527, afastou a arguição de decadência do direito do contribuinte de pleitear a restituição do FINSOCIAL tendo em vista que o pleito foi protocolado dentro lapso temporal de cinco anos contado da data da publicação da MP n.º 1.110/95.

Primeiramente, Entendo haver um primeiro obstáculo já impedindo a admissão de tal recurso. É o § 3º do artigo 32 do Regimento dessa Câmara Superior, *in verbis*:

"§ 3º Não caberá recurso especial de decisão de qualquer das Câmaras dos Conselhos que na apreciação de matéria preliminar decida pela anulação de decisão de primeira instância."

Da leitura desse dispositivo, salta aos olhos que o seu escopo é o princípio da economia processual e celeridade, evitando que a questão vá desnecessariamente à Câmara Superior.

Observo que, a despeito do Acórdão recorrido não falar explicitamente na anulação de decisão de primeira instância, implicitamente dispõe, e na prática é o que ocorre, na medida em que afasta a questão de natureza prejudicial de mérito, decadência, determinando a devolução do processo para o órgão julgador de origem para que outra decisão seja proferida com relação às questões de mérito.

Assim, é o meu entendimento que não cabe o recurso na espécie, devendo os autos baixarem à primeira instância para que outra decisão, agora de mérito, seja proferida.

Caso não seja este o entendimento dessa C. Câmara Superior, passo a examinar o Recurso.

Após inúmeros debates acerca da questão referente ao termo inicial para contagem do prazo para o pedido de restituição da Contribuição para o FINSOCIAL pago a maior, em virtude da declaração de inconstitucionalidade das majorações de alíquotas pelo Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário n.º 150.764-1), essa E. Turma já se posicionou no mesmo sentido de que o prazo para pleitear a restituição tem início com a data da publicação da decisão do STF, ou seja, quando da edição da MP n.º 1.110, em 31/08/95

Prontamente, nota-se que o cerne da alteração restringe-se a contagem do prazo prescricional e o seu marco inicial, ou seja, a data para o contribuinte exigir o ressarcimento do indébito tributário

4



Processo n.º : 10280.013060/99-14
Acórdão n.º : CSRF/03-04.988

Como se verifica ao longo do tempo, a Administração Pública Federal, adotou, em momentos distintos, dois entendimentos diversos, sobre a mesma questão, desde a edição da MP n.º 1.110/95. Um posicionamento configurado pelo Parecer COSIT n.º 58, de 1998 e, posteriormente, o do Ato Declaratório SRF n.º 96, de 1999, inteiramente conflitantes.

Entretanto, imprescindível ser destacado que o Governo Federal, com o advento da MP n.º 1.110/95, acolheu a inaplicabilidade das alíquotas majoradas, da Contribuição para o FINSOCIAL, em razão da declaração de inconstitucionalidade, pelo E. Supremo Tribunal Federal, de tais majorações.

Assim, desde esse fato jurídico, surgiu para todo e qualquer contribuinte a oportunidade legal de requererem a restituição (repetir o indébito), ou mesmo compensação, dos valores indevidamente pagos a título de contribuição para o FINSOCIAL, com alíquotas excedentes a 0,5% (meio por cento), instituindo-se, após a publicação do trânsito em julgado da decisão judicial no DJ, o marco inicial da contagem do prazo decadencial para pedido de restituição/compensação pelos contribuintes que efetuaram, de boa fé e com observância do dever legal, os pagamentos indevidos.

Corroborar com a tese aqui firmada, quanto ao termo inicial supra referido, o Ac. CSRF/01-03.239/01 que inteligentemente estabelece que em caso de conflito quanto à constitucionalidade da exação tributária, o marco inicial para contagem do prazo decadencial do direito de buscar a restituição de tributo pago indevidamente inicia-se: a) da publicação do acórdão proferido pelo STF em ADIN; b) da Resolução do Senado que confere efeito *erga omnes* à decisão proferida *inter partes* em processo que reconhece a inconstitucionalidade de tributo; e c) **da publicação de ato administrativo que reconhece caráter indevido de exação tributária**. Ainda poderia citar, no âmbito dos Conselhos de Contribuintes, Ac. CSRF/01-03.239/01, CSRF/03-04.227, 301-31.406 e Ac. 302-34.812; e no âmbito do STF, Tribunal Pleno o RE n.º 150764-PE, Ementário n.º 1698-08, DJ 02.04.93.

Destaca-se que A MP n.º 1.110/95, art. 17 – III, DOU, de 31/08/95 – p. 013397, foi o primeiro ato emanado do Poder Executivo a reconhecer o caráter indevido do recolhimento do FINSOCIAL à alíquota superior a 0,5%, passando a ser utilizado como referencial para o marco inicial da contagem do prazo decadencial.

O prestígio desse indébito restou materializado através das reiteradas reedições e posteriores edições da mencionada MP sob os n.ºs 1.142/95, 1.175/95, 1.209/95, 1.244/95, 1.281/96, 1.320/96, ..., 1.490/96 e 1.621-36/98, sendo convertida na Lei n.º 10.522/02, a qual trata da matéria através do art. 18-III.

Posteriormente a essa Medida Provisória a Secretaria da Receita Federal através da IN/SRF n.º 32, de 09/04/97, em seu artigo 2º regularizou a compensação efetivada pelo contribuinte de seus créditos de FINSOCIAL com os débitos reconhecidos e não recolhidos da COFINS, com fundamento no art. 9º da Lei n.º 7.689/88, na alíquota superior a 0,5%.

Em outras palavras, denota afirmar que a Administração Tributária por meio de ato administrativo reconheceu o caráter indevido do mencionado recolhimento,

Conforme esse entendimento, a autoridade fiscal ao silenciar no lapso temporal já mencionado, perpetua o direito subjetivo de ação por parte do contribuinte (art. 174 do CTN)

 6 2

Processo n.º : 10280.013060/99-14
Acórdão n.º : CSRF/03-04.988

dispor do mesmo período para se ressarcir do indébito tributário, promovendo ação de cobrança do crédito.

Ademais, a se considerar o FINSOCIAL sob o prisma de tributo sujeito ao lançamento por homologação, consoante entendimento que vêm se consolidando pelos Tribunais Superiores, registre-se, a título de exemplo, o julgado REsp. n.º 44.953-7/PR, no qual o Ministro Pádua Ribeiro salientou que *"...antes da homologação do lançamento não se pode falar em crédito tributário e no pagamento que o extingue, pois não se pode extinguir o que até então não exista..."*.

Assim, com relação aos princípios da segurança jurídica e do interesse público, que também abarcam o da isonomia fiscal, o posicionamento estampado no Ato Declaratório SRF n.º 96, de 26/11/99 não é, certamente, o mais apropriado.

Mister perfilhar que o sucesso do pleito da Recorrente tem por a efetiva definição de que o contribuinte recebeu tratamento desigual em relação à diversos outros que tiveram seu pleito negado pela Secretaria da Receita Federal, apenas porque deram entrada em seu requerimento de restituição/compensação posteriormente à revogação do Ato Declaratório SRF n.º 96/99, ou seja, na vigência do Parecer COSIT n.º 58/98, que contempla um outro entendimento da administração pública tributária.

De fato, a distinção decorrente de alteração de posicionamento da administração tributária não deve alcançar os órgãos colegiados de julgamento administrativo, no caso, os Conselhos de Contribuintes. Fato esse incompatível com o princípio da isonomia tributária.

Portanto, independentemente do posicionamento da administração tributária estampado, seja no Parecer COSIT 58/98 ou no Ato Declaratório SRF n.º 096/99, os quais não vinculam os Conselhos de Contribuintes, tampouco esta Câmara Superior de Recursos Fiscais, o marco inicial para a contagem do prazo decadencial (05 anos) para a formalização dos pedidos de restituições das citadas Contribuições pagas a maior, é mesmo a data da publicação da referida M.P. n.º 1.110/95, ou seja, em 31 de agosto de 1995, estendendo-se o período legal deferido ao contribuinte até 31 de agosto de 2000, inclusive, sendo este o *"dies ad quem"*. Conseqüentemente, só foram atingidos pela Decadência os pedidos formulados, em casos da espécie, a partir de 1º de setembro de 2000.

No caso presente, como já visto, o pedido da Contribuinte foi protocolizado na repartição fiscal no dia 03/12/1999 não tendo sido, desta forma, alcançado pela decadência, como pretende fazer entender a D. Procuradoria da Fazenda Nacional.

Diante de todo o exposto, coerentemente com as decisões recentemente adotadas por este Colegiado sobre a matéria, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Especial da Fazenda Nacional.

É como voto.

Sala das Sessões – DF, em 22 de agosto de 2006

CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO